

# Relatório De Gestão \_ 2008

## 1 – Introdução

## 2 – Execução e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia

### 2.1 – Síntese da Execução Orçamental

### 2.2 – Execução do Plano Plurianual de Investimentos e Grandes Opções do Plano (por objectivos e programas)

## 3 – Evolução da situação económica e financeira

### 3.1 – Análise do Balanço (estrutura e evolução)

#### 3.1.1 – Indicadores de estrutura e de gestão

### 3.2 – Análise da Demonstração de Resultados

## 4 – Dívida do Município

### 4.1 – Estrutura e evolução da dívida

### 4.2 – Evolução da capacidade de endividamento

## 5 – Análise à estrutura de Recursos Humanos

### 5.1 – Estrutura e limite legal

### 5.2 – Absentismo

## 6 – Indicadores de actividade

## 7 – Factos relevantes verificados após o encerramento do exercício

## 8 – Proposto de aplicação dos resultados

## 9 – Conclusão

## Enquadramento da Actividade

### 1 – Introdução

**2008**, foi mais um ano marcado pela quebra significativa das receitas de capital provenientes dos fundos comunitários, com consequentes reflexos na execução do Plano Plurianual de Investimentos, especialmente devido aos adiamentos constantes na entrada em funcionamento do QREN, no que respeita à sua gestão financeira. Apenas o POVT e os centros educativos, estão um pouco mais adiantados. O financiamento de projectos deveria ter-se iniciado em 01/01/07, e em muitos casos, como é exemplo, a contratualização, ainda não existe início prático dos processos de candidatura.

Não obstante o atraso do QREN, iniciámos e concluímos algumas obras importantes, como é o caso do saneamento em diversos lugares da freguesia de S. Mamede, a requalificação do Largo Cónego Simões Inácio, a construção do Eco Museu Municipal e o início da construção do campo de futebol sintético, tal só possível, pela grande capacidade de endividamento disponível.

Criteriosamente, num contexto de atenuação do investimento público, a Autarquia orientou a sua intervenção para a preparação de projectos que estão a ser enquadrados no QREN - Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Neste contexto, a Autarquia tem vindo a fazer um esforço de reestruturação interna que tem passado pela consolidação do Sistema de Gestão de Qualidade nas divisões administrativas já certificadas (DOM e DOT), adoptando novos instrumentos de trabalho de apoio à gestão e à decisão, bem como na elaboração de diversos projectos de execução de obra, tais como, o Centro Educativo da Batalha, a requalificação da Estrada Municipal 1443,

Torre/Perulheira, a requalificação da EM entre Reguengo do Fetal e Torre, a via de ligação de Cancelas a Quinta do Sobrado, a requalificação do Largo da sede de freguesia de S. Mamede, a requalificação do Largo 14/8/1385, o campo de futebol sintético, etc.

Preparámo-nos para os novos desafios que se impõem ao funcionalismo público, apostando na inovação tecnológica, facilitadora do acesso à informação. Os trabalhos de implementação são constantes e têm vindo a evoluir a bom ritmo. No âmbito do projecto “Leiria Região Digital”, já é possível aos cidadãos consultarem diversa informação, relacionada com o PDM, ordenamento do território, regulamentação diversas, requerimentos, etc.

Consolidámos a implementação do novo quadro legal do Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho para a Administração Local (SIADAL), a que a autarquia procedeu, em Outubro de 2006, consolidando-se durante o ano de 2007 e 2008.

Este processo determinou e continua a determinar um grande esforço por parte de todos os colaboradores, e especialmente das chefias e coordenadores de serviços que lideram o projecto, num clima de grande empenhamento, de certezas e indefinições, e também de grandes preocupações quanto à sua eficácia, uma vez que a Lei determina e fixa quotas para notas graduadas com Muito Bom (20%) e Excelente (5%), obrigando a uma nova paridade do sistema de avaliação, sem precedentes na função pública.

A determinação do Executivo no sentido da prestação de melhores serviços aos munícipes, tem vindo a manifestar-se, inquestionavelmente, através do esforço de implementação de um Sistema de Gestão para a Qualidade que teve o seu “epílogo” na Certificação dos Serviços de Obras Particulares e Municipais no

âmbito da Norma ISO 9001 : 2000, caso raro no universo da administração local e sem muitos precedentes na administração pública.

A implementação do Sistema “forçou” toda a estrutura administrativa a um permanente esforço formativo e à monitorização de procedimentos e actos administrativos, perseguindo sempre novos rumos para a desburocratização da Administração Local, por forma a tornar as respostas aos munícipes mais eficazes e mais céleres.

Toda a administração local, sem excepção, sentiu os efeitos das restrições orçamentais impostas pela Lei Geral do Orçamento do Estado para 2006, 2007 e 2008, na salvaguarda de critérios de convergência da U.E..

Não obstante as dificuldades financeiras sentidas na captação de mais meios financeiros, foi possível efectuar uma gestão equilibrada dos recursos disponíveis sem comprometer o futuro desta edilidade.

Pela análise das Contas do exercício de 2008, vai ser possível concluir-se que apesar de todas as dificuldades, antes referidas, às quais se deve juntar a grave crise económica, financeira e social, que o ano de 2008 evidenciou, o Executivo Municipal soube garantir a estabilidade financeira da Câmara Municipal, conforme iremos demonstrar.

Não obstante todos estes constrangimentos foi possível elaborar os documentos para submeter à vossa apreciação, e que passamos a expor:

## Componente Orçamental

### Sua execução e materialização

#### **2 – Execução e evolução da política orçamental desenvolvida pela autarquia**

##### **2.1 - Síntese da Execução Orçamental**

O exercício económico de 2008 foi marcado por um aumento das receitas globais em 13,64% relativamente ao ano anterior. Este efeito fez-se sentir ao nível das receitas correntes que registaram um acréscimo de 14,36%, resultado da cessão de exploração de terrenos baldios, para utilização de Parques Eólicos. As receitas de capital também registaram um acréscimo de 11,38%, resultante fundamentalmente, da utilização de parte do empréstimo de médio e longo prazo contratado com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Batalha.

O IIIº Quadro Comunitário de Apoio (QCA) chegou ao fim, e praticamente todas as medidas de apoio às autarquias estiveram encerradas por esgotamento de verbas. Não tivemos novos projectos aprovados, encontrando-se apenas em fase de execução alguns projectos no âmbito do programa AGRIS direccionados exclusivamente para a floresta, como foi o caso da execução de pontos de água para abastecimento de equipamentos de ataque aos incêndios, quer terrestres, quer aéreos, assim como a limpeza de floresta e a construção e melhoramento de caminhos florestais. Foi ainda concluído o pacote financeiro relacionado com os investimentos finais na Pia do Urso. Todos os restantes, anteriormente enquadrados no Programa Operacional da Região Centro estão concluídos e praticamente encerrados financeiramente, com excepção do Museu da Comunidade Concelhia da Batalha com financiamento aprovado através do Programa Operacional da Cultura.

A conjuntura não favoreceu a dinâmica empreendedora da Autarquia na tentativa de captação de novas fontes de financiamento externas, muito embora os projectos de maior relevância, sob ponto de vista da despesa e de importância estratégica, sejam passíveis de enquadramento no QREN.

*Mapa 1 – Execução Orçamental 2008, por classificação Económica*

<b>ORIGEM DE FUNDOS</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Var. %</b>	<b>APLICAÇÃO DE FUNDOS</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Var. %</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				<b>DESPESAS CORRENTES</b>			
<i>Impostos Directos</i>				<i>Operações Financeiras</i>			
Imposto s/ Veículos + IUC	225.116	222.926	-0,97	Encargos Financeiros	50.963	39.267	-22,95
Derrama	341.252	372.146	9,05	<i>Custos com Pessoal</i>	1.800.247	1.844.858	2,48
Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI)	923.894	1.171.550	26,81	<i>Aquisição de Bens</i>	546.750	516.818	-5,47
Imposto Municipal s/ Transacções (IMT)	687.954	871.584	26,69	<i>Aquisição de Serviços</i>	2.558.406	2.655.874	3,81
Impostos Abolidos	68.896	4.431	-93,57	<i>Transferências Correntes</i>			
<i>Impostos Indirectos</i>	305.433	176.593	-42,18	Particip. Freguesias	21.571	13.879	-35,66
<i>Taxas, Multas e Outras Penalidades</i>	462.599	173.725	-62,45	Outras	516.511	545.886	5,69
<i>Rendimentos de Propriedade</i>	571.737	1.118.617	95,65	<i>Subsídios</i>	174.645	506.572	190,06
<i>Transferências Correntes</i>				<i>Outras despesas Correntes</i>	128.485	286.772	123,19
Sector Público Admin.				<b>TOTAL DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.797.577</b>	<b>6.409.926</b>	<b>10,56</b>
Partic. impostos directos (F.E.F.)	2.496.366	2.625.229	5,16				
Outras	434.707	455.612	4,81	<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>			
<i>Venda bens</i>	1.706	10.267	501,87	<i>Activos Financeiros</i>			
<i>Venda de Serviços</i>	268.737	605.629	125,36	<i>Passivos Financeiros</i>			
<i>Outras Receitas Correntes</i>	59.093	22.778	-61,45	Amortiz. Emp. M/L pr.	422.904	341.279	-19,30
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.847.490</b>	<b>7.831.086</b>	<b>14,36</b>	<i>Investimentos</i>	2.160.648	2.653.998	22,83
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				<i>Transferências de Capital</i>			
<i>Venda de Bens de Investimento</i>				Sector Público Administr.			
Terrenos				Freguesias	215.890	183.384	-15,06
Outros				Outras	141.341	226.088	59,96
<i>Transferências de Capital</i>				<b>TOTAL DESPESAS CAPITAL</b>	<b>2.940.783</b>	<b>3.404.749</b>	<b>15,78</b>
Sector Público Administrativo							
Fundo Equilíbrio Financeiro	1.328.126	1.390.488	4,70	<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>8.738.360</b>	<b>9.814.675</b>	<b>12,32</b>
Outros Fundos Autónomos	67.905	12.172	-82,07				
Outras (Contrato-Programa)							
Exterior (Programas Comunitários)	319.096	333.248	4,43				
<i>Activos Financeiros</i>							
<i>Passivos Financeiros</i>		250.000					
<i>Outras Receitas de Capital</i>	77.375	10.500	-86,43				
<b>TOTAL RECEITAS CAPITAL</b>	<b>1.792.501</b>	<b>1.996.408</b>	<b>11,38</b>				
<i>Reposições não abatidas nos pagº</i>	11.734,86	4.092,51					
<b>RECEITAS TOTAIS</b>	<b>8.651.727</b>	<b>9.831.586</b>	<b>13,64</b>				

Como consequência do retardar da entrada em funcionamento do QREN a Autarquia, foi obrigada a recorrer ao crédito bancário, o que já não acontecia há cerca de três anos consecutivos.

Com a entrada em vigor da nova Lei de Finanças Locais, em 01/01/07, a nossa capacidade de endividamento cresceu exponencialmente, devido ao facto do nosso passivo de curto prazo ser diminuto, acabando finalmente o benefício ao infractor.

No que diz respeito às despesas totais, podemos constatar que aumentaram cerca de 12,32%. A despesa de capital aumentou cerca de 15,78% em virtude do investimento da Autarquia na área do saneamento básico. Contudo, a despesa corrente teve um crescimento de 10,56% resultante do aumento das aquisições de bens e serviços, sendo uma das razões para este aumento, o crescimento da rubrica electricidade e de outros fornecimentos e serviços. Resultou também do pagamento do IVA ao estado resultado da nova lei da regra de inversão do sujeito passivo.

A Autarquia continuou fortemente a apostar numa política de apoio ao associativismo e às freguesias ao disponibilizar 913.327€, dos quais 413.412,19 € para o fomento de actividades culturais, recreativas e desportivas, e o restante para Associações de Municípios e para apoio à construção, beneficiação e remodelação de infra-estruturas associativas.

A Autonomia Financeira e a Saúde Financeira registaram um crescimento em relação ao ano anterior. Pode-se verificar no mapa 2 que, a Autonomia Financeira passou de 1.061.649 € para 1.425.252 € e a Saúde Financeira de 15% para 18%. No entanto, a nossa autarquia continua a reflectir um dos melhores indicadores do país ao nível do rácio da autonomia financeira.

O quadro seguinte ilustra um elevado grau de autonomização orçamental face às receitas provenientes do Exterior. O nível de independência da receita própria face ao exterior é de 80%, sendo de 79% em 2007.

As Receitas Fiscais registaram uma ligeira diminuição cerca de 22.190,00 €, por influência dos impostos indirectos bem como das taxas, multas e outras penalidades. As receitas próprias de funcionamento cresceram 975.953 €, evidenciando bem a dependência cada vez menor de fundos externos para manutenção da estrutura de funcionamento.

As receitas correntes passaram a representar 80% da receita total, quando no ano anterior era de 79 %.

*Mapa 2 – Indicadores de natureza orçamental*

INDICADORES	2006	2007	2008
<b>Receitas Fiscais</b> ( <i>Imp.Directos + Impostos Ind. + Taxas Multas e Outras Penalid.</i> )	3.006.406	3.015.144	2.992.954
<b>Receitas Próprias de Funcionamento</b> ( <i>Rec. Totais - Transf. Capital - Passivos Financeiros</i> )	6.535.580	6.859.225	7.835.178
<b>Serviço da Dívida</b> ( <i>Encargos Financeiros + Passivo Financeiro</i> )	480.661	473.867	380.546
<b>Receitas de Funcionamento / Receitas Totais</b>	77%	79%	80%
<b>Autonomia Financeira</b> ( <i>Receitas Próprias de Funcion. - Despesas Obrigat. correntes</i> )	955.648	1.061.649	1.425.252
<b>Saúde Financeira</b> ( <i>Auton. Financeira / Rec. Próprias de funcionam.</i> )	15%	15%	18%

A rubrica de *Investimentos* e AMR totalizaram 6.202.540 €, representando 63,2 % da totalidade da despesa.

A estrutura da despesa continua a reflectir uma das mais equilibradas situações orçamentais a nível nacional, senão uma referência para o país. Porquanto, os encargos financeiros (juros da dívida) só representam 0,4% da despesa total e os custos com pessoal situam-se dentro dos indicadores mais baixos do país (18,8% da despesa total), sendo de 20,6% em 2007.



Mapa 3 – Peso das receitas (%) por classificação Económica s/ receita total

<b>ORIGEM DE FUNDOS</b>	<b>2007</b>	<b>% s/ RT</b>	<b>2008</b>	<b>% s/ RT</b>
<b>RECEITAS CORRENTES</b>				
<i>Impostos Directos</i>				
Imposto s/ Veículos + IUC	225.116	3,3%	222.926	2,3%
Derrama	341.252	5,0%	372.146	3,8%
Imposto Municipal s/ Imóveis (IMI)	923.894	13,5%	1.171.550	11,9%
Imposto Municipal s/ Transacções (IMT)	687.954	10,0%	871.584	8,9%
Impostos Abolidos	68.896	1,0%	4.431	0,0%
<i>Impostos Indirectos</i>	305.433	4,5%	176.593	1,8%
<i>Taxas, Multas e Outras Penalidades</i>	462.599	6,8%	173.725	1,8%
<i>Rendimentos de Propriedade</i>	571.737	8,3%	1.118.617	11,4%
<i>Transferências Correntes</i>				
Sector Público Admin.				
Partic. impostos directos (F.E.F.)	2.496.366	36,5%	2.625.229	26,7%
Outras	434.707	6,3%	455.612	4,6%
<i>Venda bens</i>	1.706	0,0%	10.267	0,1%
<i>Venda de Serviços</i>	268.737	3,9%	605.629	6,2%
<i>Outras Receitas Correntes</i>	59.093	0,9%	22.778	0,2%
<b>TOTAL RECEITAS CORRENTES</b>	<b>6.847.490</b>	<b>79,1%</b>	<b>7.831.086</b>	<b>79,7%</b>
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>				
<i>Venda de Bens de Investimento</i>				
Terrenos				
Outros				
<i>Transferências de Capital</i>				
Sector Público Administrativo				
Fundo Equilíbrio Financeiro	1.328.126	15,4%	1.390.488	14,1%
Outros Fundos Autónomos	67.905	0,8%	12.172	0,1%
Outras				
Exterior (Programas Comunitários)	319.096	3,7%	333.248	3,4%
<i>Activos Financeiros</i>				
<i>Passivos Financeiros</i>			250.000	2,5%
<i>Outras Receitas de Capital</i>	77.375	0,9%	10.500	0,1%
<b>TOTAL RECEITAS CAPITAL</b>	<b>1.792.501</b>	<b>20,7%</b>	<b>1.996.408</b>	<b>20,3%</b>
<b>Reposições não abatidas nos pagº</b>	<b>11.735</b>		<b>4.093</b>	<b>0,0%</b>
<b>RECEITAS TOTAIS</b>	<b>8.651.727</b>	<b>100%</b>	<b>9.831.586</b>	<b>100%</b>

Mapa 4 – Peso das despesas (%) por classificação Económica s/ despesa total

<b>APLICAÇÃO DE FUNDOS</b>	<b>2007</b>	<b>% s/ DT</b>	<b>2008</b>	<b>% s/ DT</b>
<b>DESPESAS CORRENTES</b>				
<i>Operações Financeiras</i>				
Encargos Financeiros	50.963	0,6%	39.267	0,4%
<i>Custos com Pessoal</i>	1.800.247	20,6%	1.844.858	18,8%
<i>Aquisição de Bens</i>	546.750	6,3%	516.818	5,3%
<i>Aquisição de Serviços</i>	2.558.406	29,3%	2.655.874	27,1%
<i>Transferências Correntes</i>				
Particip. Freguesias	21.571	0,2%	13.879	0,1%
Outras	516.511	5,9%	545.886	5,6%
<i>Subsídios</i>	174.645	2,0%	506.572	5,2%
<i>Outras despesas Correntes</i>	128.485	1,5%	286.772	2,9%
<b>TOTAL DESPESAS CORRENTES</b>	<b>5.797.577</b>	<b>66,3%</b>	<b>6.409.926</b>	<b>65,3%</b>
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>				
<i>Activos Financeiros</i>				
<i>Passivos Financeiros</i>				
Amortiz. Emp. M/L pr.	422.904	4,8%	341.279	3,5%
<i>Investimentos</i>	2.160.648	24,7%	2.653.998	27,0%
<i>Transferências de Capital</i>				
Sector Público Administr.				
Freguesias	215.890	2,5%	183.384	1,9%
Outras	141.341	1,6%	226.088	2,3%
<b>TOTAL DESPESAS CAPITAL</b>	<b>2.940.783</b>	<b>33,7%</b>	<b>3.404.749</b>	<b>34,7%</b>
<b>DESPESAS TOTAIS</b>	<b>8.738.360</b>	<b>100%</b>	<b>9.814.675</b>	<b>100%</b>

O equilíbrio gerado mantém um bom indicador da Poupança Corrente (orçamental). Ou seja, o município está a libertar grande parte da receita que poderia ser utilizada na realização de despesa corrente, e a transferi-la para a execução de projectos que se traduzem em investimento público.

Mapa 5 – Poupança Corrente

INDICADORES	2006	2007	2008
Receitas Correntes / Despesas Correntes	1,17	1,18	1,22

Mapa 6 – Evolução da Poupança

	2006	%	2007	%	2008	%
<b>Corrente</b>	955.648	26%	1.049.914	15%	1.421.160	18%
<b>Capital</b>	-931.130	-76%	-1.148.282	-64%	-1.408.342	-71%
Total	<b>24.518</b>		<b>-98.368</b>		<b>12.818</b>	

Assim, 22% da receita corrente foi aplicada em despesa de capital, tendo crescido 4% comparativamente a 2007.

## 2.2. Execução do Plano Plurianual de Investimentos e Grandes Opções do Plano (por objectivos e programas)

A taxa de execução das Grandes Opções do Plano atingiu os 49,17%, em relação à dotação definida para o exercício de 2008, traduziu-se no indicador de **eficiência orçamental** possível em virtude dos fortes constrangimentos originados pelos atrasos na entrada em funcionamento do QREN.

No mapa da execução das GOP's que a seguir ilustraremos, retratámos os *objectivos estratégicos* da gestão autárquica nas vertentes da educação, cultura, desporto, acção social, desenvolvimento urbanístico, valorização da qualidade do ambiente, abastecimento público de água, infra-estruturas rodoviárias, etc.; constituindo o instrumento de análise dos recursos financeiros que foram directamente aplicados ao serviço da população. De facto, este é um Plano Estratégico que afectou 6.202.540€ do orçamento global aos projectos e programas inicialmente propostos em sede de orçamento, a título das prioridades definidas pelo Executivo.

## Mapa 7 – Execução das GOP's por Objectivos e Programas

OBJECTIVO/PROGRAMA		DESPESA		Dotação		Taxa Exec. D=[B/C]
		Facturada [A]	Paga	Comprom. [B]	Definida [C]	
<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	<b>828.353</b>	<b>730.020</b>	<b>897.671</b>	<b>924.434</b>	<b>97%</b>
111	Administração Geral	340.841	267.657	390.314	404.310	97%
121	Protecção Civil e Luta contra Incêndios	487.512	462.363	507.357	520.124	98%
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	<b>4.635.047</b>	<b>4.254.164</b>	<b>6.490.553</b>	<b>9.173.733</b>	<b>71%</b>
211	Ensino Não Superior	200.729	197.129	202.801	674.450	30%
212	Serviços Auxiliares de Ensino	1.012.579	945.836	1.039.973	1.094.910	95%
221	Serviços Individuais de saúde	22.630	21.460	22.630	24.800	91%
232	Ação Social	9.880	9.880	9.880	19.660	50%
241	Habituação	0	0	0	4.000	0%
242	Ordenamento do território	97.316	97.316	201.473	1.031.050	20%
243	Saneamento	1.143.622	914.490	1.855.083	2.872.913	65%
244	Abastecimento de Água	70.351	70.164	171.903	205.700	84%
245	Resíduos Sólidos	802.284	747.533	843.951	844.167	100%
246	Protecção Meio Ambiente Conserv. Natureza	377.016	377.016	389.382	415.400	94%
251	Cultura	390.142	365.346	683.610	769.572	89%
252	Desporto Recreio e Lazer	508.498	507.995	1.069.867	1.217.111	88%
253	Outras Actividades Cívicas e Religiosas	0	0	0	0	
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	<b>1.050.805</b>	<b>967.443</b>	<b>1.611.584</b>	<b>2.252.468</b>	<b>72%</b>
320	Indústria e Energia	7.939	7.346	26.289	27.700	95%
331	Transportes Rodoviários	599.499	540.223	1.039.928	1.654.383	63%
340	Comércio e Turismo	375.812	352.319	477.812	499.985	96%
341	Mercados e Feiras	67.555	67.555	67.555	70.300	96%
342	Turismo	0	0	0	100	0%
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	<b>252.232</b>	<b>250.912</b>	<b>252.232</b>	<b>263.100</b>	<b>96%</b>
420	Tranferências entre Administrações	252.232	250.912	252.232	263.100	96%
<b>TOTAL</b>		<b>6.766.437</b>	<b>6.202.540</b>	<b>9.252.039</b>	<b>12.613.735</b>	<b>73%</b>

## RESUMO :

<b>1</b>	<b>FUNÇÕES GERAIS</b>	828.353	730.020	897.671	924.434	<b>97%</b>
<b>2</b>	<b>FUNÇÕES SOCIAIS</b>	4.635.047	4.254.164	6.490.553	9.173.733	<b>71%</b>
<b>3</b>	<b>FUNÇÕES ECONÓMICAS</b>	1.050.805	967.443	1.611.584	2.252.468	<b>72%</b>
<b>4</b>	<b>OUTRAS FUNÇÕES</b>	252.232	250.912	252.232	263.100	<b>96%</b>
<b>TOTAL</b>		<b>6.766.437</b>	<b>6.202.540</b>	<b>9.252.039</b>	<b>12.613.735</b>	<b>73%</b>

O saneamento básico constituiu o principal investimento, com 1.143.622€, logo seguido do ensino com 1.012.579€, dos resíduos sólidos com 802.284€ e da rede viária com 599.499€.

## Componente Patrimonial

### Situação económica e financeira

#### 3 – Evolução da situação económica e financeira

##### 3.1. Análise do Balanço (estrutura e evolução)

Pela análise da estrutura do Balanço em 31/12/2008, verificamos que os fundos patrimoniais da autarquia, no montante de 46.535.940 € registaram uma diminuição de 549.584 € em relação a 2007, por influência dos resultados líquidos negativos do exercício. Esta diminuição não compromete a solidez da estrutura dos capitais próprios face ao activo líquido, porquanto a autonomia financeira regista um rácio de 83%, indicador que acima dos 20% é considerado equilibrado. A dívida a médio e longo prazo diminuiu em 88.347 €, significando que alguns empréstimos foram integralmente amortizados.

O passivo de curto prazo aumentou em 505.921 €, mas cerca de 309.537 € corresponde a garantias e cauções prestadas por terceiros, não exigível a curto prazo. A dívida a fornecedores de imobilizado cresceu em 218.217 €, verificando-se ainda uma diminuição da dívida ao Estado e Outros Entes Públicos em 7.545 €. O passivo de curto prazo, ascendia assim a 1.370.909 €.

A expressiva rubrica dos proveitos diferidos de 6.932.127 €, diz respeito ao diferimento dos apoios financeiros não reembolsáveis provenientes dos fundos comunitários, que vão sendo incorporados nos proveitos de cada exercício económico, em função das taxas de amortização do imobilizado. No activo circulante as dívidas de terceiros registaram um aumento de cerca de 11.513 €.

## Mapa 8 – Estrutura do Balanço (variações 07-08)

N	Activo	2008			2007	Var. (valor)
		AR	AP	AL	AL	
	<b>Imobilizado:</b>					
	<b>Bens de Domínio Público:</b>					
451	Terrenos e recursos naturais.....	3.751		3.751	3.751	0
452	Edifícios.....					
453	Outras construções e infra-estruturas.....	69.291.982	27.015.721	42.276.261	44.068.351	-25.223.631
455	Bens do património histórico, artístico e cultural.....	50.000		50.000	50.000	
459	Outros bens de domínio público.....					
445	Imobilizações em Curso.....	1.748.482		1.748.482	1.368.042	-380.439
446	Adiantamentos por conta de bens de domínio público.....					
		71.094.215	27.015.721	44.078.493	45.490.144	-25.604.071
	<b>Imobilizações Incorpóreas:</b>					
431	Despesas de instalação.....					
432	Despesas de Investigação e de desenvolvimento.....					
433	Propriedade industrial e outros direitos.....					
443	Imobilizações em curso.....	101.370		101.370	85.062	-16.308
449	Adiantamentos por conta de imobilizações incorpóreas.....					
		101.370		101.370	85.062	-16.308
	<b>Imobilizações corpóreas:</b>					
421	Terrenos e recursos naturais.....	470.163		470.163	413.563	-56.600
422	Edifícios e outras construções.....	9.867.556	1.097.636	8.769.920	8.240.115	-1.627.441
423	Equipamento básico.....	880.993	668.248	212.745	252.089	-628.904
424	Equipamento de transporte.....	716.591	565.343	151.247	210.205	-506.386
425	Ferramentas e utensílios.....	276.341	157.609	118.732	58.034	-218.307
426	Equipamento administrativo.....	1.064.308	879.533	184.775	220.629	-843.679
427	Taras e vasilhame.....					
429	Outras imobilizações corpóreas.....	186.382	82.337	104.045	112.483	-73.899
442	Imobilizações em curso.....	236.114		236.114	66.251	-169.863
448	Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas.....					
		13.698.447	3.450.707	10.247.741	9.573.369	-4.125.078
	<b>Investimentos financeiros:</b>					
411	Partes de capital.....	166.789		166.789	156.789	-10.000
412	Obrigações e títulos de participação.....	43.110		43.110	43.111	1
414	Investimentos em imóveis.....					
415	Outras aplicações financeiras.....					
441	Imobilizações em curso.....					
447	Adiantamentos por conta de investimentos financeiros.....					
		209.900		209.900	199.900	-9.999
	<b>Circulante:</b>					
	<b>Existências:</b>					
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo.....	139.962		139.962	128.362	-11.600
35	Produtos e trabalhos em curso.....					
34	Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos.....					
33	Produtos acabados e intermédios.....					
32	Mercadorias.....				1.801	1.801
37	Adiantamentos por conta de compras.....					
		139.962		139.962	130.163	-9.799
	<b>Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo</b>					
	Clientes, c/c.....					
	Contribuintes, c/c.....					
	Utentes, c/c.....					
	<b>Dívidas de Terceiros - Curto Prazo:</b>					
28	Empréstimos concedidos.....	17.500		17.500	17.500	
211	Clientes, c/c.....	97.599		97.599	96.820	-779
212	Contribuintes, c/c.....	13.844		13.844	3.110	-10.734
213	Utentes, c/c.....					
218	Clientes, contribuintes e utentes de cobranças duvidosa.....	46.234	46.234			-46.234
251	Devedores pela execução do orçamento.....					
229	Adiantamentos a fornecedores.....					
2619	Adiantamentos a fornecedores de imobilizado.....					
24	Estado e outros entes públicos.....					
264	Administração autárquica.....					
262 + 263 + 267 + 268	Outros Devedores.....					
		175.177	46.234	128.943	117.430	-57.747
	<b>Títulos negociáveis:</b>					
151	Ações.....					
152	Obrigações e títulos de participação.....					
153	Títulos de dívida pública.....					
159	Outros títulos.....					
18	Outras aplicações de tesouraria.....	15.108		15.108	15.108	
		15.108		15.108	15.108	
	<b>Depósitos bancários e caixa:</b>					
12	Depósitos em instituições financeiras.....	395.552		395.552	444.702	49.150
11	Caixa.....	1.900		1.900	3.801	1.901
		397.452		397.452	448.503	51.051
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>					
271	Acréscimos de proveitos.....	655.538		655.538	358.385	-297.153
272	Custos diferidos.....	33.001		59.885	59.885	26.884
		688.538		688.538	418.270	-270.268
	<b>Total das amortizações</b>		30.466.428			
	<b>Total de Provisões</b>		46.234			
	<b>Total do Activo</b>	86.520.169	30.512.663	56.007.506	56.477.949	-30.042.220

(Continuação)

Código das Contas POCAL	Fundos próprios e passivo	2008	2007	Var. (valor)
	<b>Fundos próprios:</b>			
51	Património.....	50.899.929	50.909.476	-9.547
55	Ajustamento de partes de capital em empresas.....	-37.089	-37.089	0
56	Reservas de reavaliação.....			
	Reservas:			
571	Reservas legais.....			
572	Reservas estatutárias.....			
573	Reservas contratuais.....			
574	Reservas Livres.....			
575	Subsídios.....			
576	Doações.....	115.000		-115.000
577	Reservas decorrentes de transferências de activos.....			
59	Resultados Transitados.....	-3.786.863	-2.492.327	1.294.537
88	Resultado Líquido do Exercício.....	-655.037	-1.294.537	-639.499
	<b>Total dos fundos próprios</b>	<b>46.535.940</b>	<b>47.085.524</b>	<b>549.584</b>
	<b>Passivo:</b>			
	Provisões para riscos e encargos.....			
	<b>Dívidas a terceiros de médio e longo Prazo</b>	<b>783.191</b>	<b>871.538</b>	<b>-88.347</b>
		<b>783.191</b>	<b>871.538</b>	<b>-88.347</b>
	<b>Dívidas a terceiros - Curto prazo:</b>			
2311	Empréstimos de curto prazo.....			
269	Adiantamentos por conta de vendas.....			
221	Fornecedores c/c.....	299.298	90.067	-209.232
228	Fornecedores-facturas em recepção e conferência.....	175.509	54.618	-120.892
252	Credores pela execução do orçamento.....			
217	Clientes e Utentes com cauções.....			
2611	Fornecedores de imobilizado c/c.....	361.856	279.748	-82.108
2618	Fornecedores de imobilizado - Facturas em recepção e conferência.....	195.008	58.899	-136.109
24	Estado e outros entes públicos.....	29.701	37.246	-7.545
264	Administração autárquica.....			
262 + 263 + 267 + 268	Outros credores.....	309.537	344.410	-34.873
		<b>1.370.909</b>	<b>864.987</b>	<b>-505.921</b>
	<b>Acréscimos e diferimentos:</b>			
273	Acréscimos de custos.....	385.340	627.793	-242.453
274	Proveitos diferidos.....	6.932.127	7.028.105	-95.978
		<b>7.317.467</b>	<b>7.655.898</b>	<b>-338.431</b>
	<b>Total do Passivo</b>	<b>9.471.567</b>	<b>9.392.423</b>	<b>-79.143</b>
	<b>Total dos fundos próprios e do passivo</b>	<b>56.007.506</b>	<b>56.477.949</b>	<b>470.443</b>

### 3.1.1. Indicadores de estrutura e de gestão

Pela leitura dos indicadores de liquidez abaixo referenciados, aparentemente podemos depreender que a tesouraria espelha uma situação de desequilíbrio, ou seja, a falta de capital circulante para fazer face aos compromissos assumidos de curto prazo.

No entanto, temos de ponderar a realidade subjacente à contabilização da receita, já que os proveitos provenientes da transferência de impostos e outras transferências correntes e de capital do Orçamento do estado e outros Entes Públicos, só são registados quando obtido o conhecimento do seu crédito em conta bancária. A obtenção da receita (variável) normalmente ocorre com a periodicidade mensal, e não figura no balanço como dívida de terceiros em 31/12 de cada ano. São registados na contabilidade através de extracto que evidencia a transferência bancária, ou por meio de ofício remetido pela entidade ordenadora da transferência. Tal cadência da receita (com a periodicidade mensal), é praticamente suficiente para suprir eventuais desequilíbrios de tesouraria. No ano em análise, a maior parte do investimento realizado, foi assegurada por Receitas Próprias e provenientes das Transferências do O.E..

A solvabilidade apresenta uma situação bastante boa, garantindo a cobertura total do passivo por fundos próprios, sendo praticamente seis vezes superior ao exigível de curto, médio e longo prazo.



Mapa 9 – Liquidez e Capital Circulante

<b>Capital Circulante</b>	Existências	139.962 €	
	Dívidas de terceiros - curto prazo	128.943 €	
	Títulos negociáveis	15.108 €	
	Disponibilidades (Cx.+Dep.)	397.452 €	
		681.465 €	
<b>Liquidez Geral</b>	Capital Circulante	681.465 €	0,50
	Exigível Curto Prazo	1.370.909 €	
<b>Liquidez Reduzida</b>	Capital Circulante-Stocks	541.503 €	0,39
	Exigível Curto Prazo	1.370.909 €	
<b>Liquidez Imediata</b>	Disponibilidades	397.452 €	0,29
	Exigível Curto Prazo	1.370.909 €	
<b>Autonomia Financeira</b>	Fundos Próprios	46.535.940 €	83%
	Activo Líquido	56.007.506 €	
<b>Solvabilidade</b>	Fundos Próprios	46.535.940 €	491%
	Passivo Total	9.471.567 €	

Mapa 10 – Cobertura do Imobilizado e Solvabilidade

<b>Indicador de imobilização dos Fundos Próprios</b>	<= 1	Fundos Próprios	46.535.940 €	0,85
		Imobilizado Líquido	54.637.503 €	
<b>Indicador da capacidade de Endividamento</b>	>= 0,5	Fundos Próprios	46.535.940 €	0,98
		Capitais Permanentes	47.319.131 €	
<b>Indicador de Solvabilidade</b>		Activo	56.007.506 €	591%
		Passivo	9.471.567 €	

Mapa 11 – Meios Libertos

<b>Meios Libertos s/ o Activo Líquido</b>	R. Liq. +Amort.Prov.+Custos financ.	3.139.009 €	6%
	Activo Total Líquido	56.007.506 €	

Registe-se que ao nível da estrutura financeira da autarquia, os rácios espelham uma variação positiva e a solvabilidade aumentou, comportamento que revela uma boa gestão municipal.

## 3.2. Análise da Demonstração de Resultados

Mapa 12 – Demonstração de Resultados

(unidade: Euro)

Código das Contas POCAL		Exercícios			
		2008		2007	
	<b>Custos e Perdas</b>				
61	Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas:				
	Mercadorias	1.801		6.613	
	Matérias	138.429	140.230	87.506	94.119
62	Fornecimentos e serviços externos	3.309.273		2.974.826	
641+642	Custos com pessoal:				
	Remunerações	1.608.252		1.509.748	
643 a 648	Encargos sociais	255.643	5.173.168	261.392	4.745.966
63	Transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais	913.327	913.327	893.122	893.122
66	Amortizações do exercício	3.739.890		3.684.156	
67	Provisões	10.987	3.750.877		3.684.156
65	Outros custos e perdas operacionais	11.564	11.564	39	39
	<b>(A) Custos e Perdas Operacionais</b>		9.989.165		9.417.402
68	Custos e Perdas Financeiras	43.169	43.169	51.548	51.548
	<b>(C) Custos e Perdas Correntes</b>		10.032.334		9.468.950
69	Custos e perdas extraordinários	490.147	490.147	537.023	537.023
	<b>(E) Custos e Perdas do Exercício</b>		10.522.481		10.005.973
88	Resultado líquido do exercício		-655.037		-1.294.537
			9.867.443		8.711.436
	<b>Proveitos e ganhos</b>				
	Vendas de produtos e prestações de serviços:				
7111	Vendas de Mercadorias	2.113		8.192	
7112+7113	Vendas de Produtos				
712	Prestações de serviços	432.447	434.560	340.507	348.699
72	Impostos e taxas	3.322.608		2.957.527	
	Variação da Produção				
75	Trabalhos para a própria entidade				
73	Proveitos suplementares	1.104.737		545.111	
74	Transferências e subsídios obtidos	4.409.612		4.269.465	
76	Outros proveitos e ganhos operacionais	1.035	8.837.991	24.808	7.796.910
	<b>(B) Proveitos e Ganhos Operacionais</b>		9.272.551		8.145.609
78	Proveitos e Ganhos Financeiros	40.803	40.803	49.088	49.088
	<b>(D) Proveitos e Ganhos Correntes</b>		9.313.354		8.194.697
79	Proveitos e ganhos extraordinários	554.089	554.089	516.739	516.739
	<b>(F) Proveitos Totais</b>		9.867.443		8.711.436
	<b>Resumo:</b>				
	<b>Resultados Operacionais</b>	<b>B-A</b>	<b>-716.614</b>	<b>-1.271.793</b>	
	<b>Resultados Financeiros</b>	<b>(D-B)-(C-A)</b>	<b>-2.366</b>	<b>-2.460</b>	
	<b>Resultados Correntes</b>	<b>D-C</b>	<b>-718.980</b>	<b>-1.274.253</b>	
	<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>F-E</b>	<b>-655.037</b>	<b>-1.294.537</b>	

Os resultados líquidos foram negativos no montante de 655.037 €, contudo os Meios Libertos Líquidos (deduzidos das amortizações e provisões do exercício), evidenciaram um valor positivo de 3.139.009 €. As amortizações totalizaram 3.739.890 €. A conta de exploração, deduzida de amortizações evidenciaria um resultado líquido positivo de 3.095.839 €.

Mapa 13 – Estrutura de Custos e Proveitos

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS		% *
Custos e Perdas		
Custo das Mercadorias Vendidas e das matérias consumidas	140.230	1%
Fornecimentos e serviços externos	3.309.273	31%
Custos com pessoal	1.863.895	18%
Transferências e subs. correntes concedidos e prestações sociais	913.327	9%
Amortizações e Provisões do exercício	3.750.877	36%
Outros custos e perdas operacionais	11.564	0%
Custos e Perdas Financeiras	43.169	0%
Custos e perdas extraordinários	490.147	5%
<b>(E) Custos e Perdas do Exercício</b>	<b>10.522.481</b>	
Proveitos e ganhos		
Vendas de produtos e prestações de serviços	434.560	4%
Impostos e taxas	3.322.608	34%
Proveitos suplementares	1.104.737	11%
Transferências e subsídios obtidos	4.409.612	45%
Outros proveitos e ganhos operacionais	1.035	0%
Proveitos e Ganhos Financeiros	40.803	0%
Proveitos e ganhos extraordinários	554.089	6%
<b>(F) Proveitos Totais</b>	<b>9.867.443</b>	
Resultados Operacionais	-716.614	
Resultados Financeiros	-2.366	
Resultados Correntes	-718.980	
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>-655.037</b>	

Pela análise do quadro acima referenciado, verificamos que as amortizações representaram 36% dos custos totais do exercício, constituindo um “custo técnico” sem reflexo nos fluxos financeiros no exercício económico em análise. Os fornecimentos e serviços externos representaram 31% do total da estrutura de custos, seguindo-se os custos com pessoal que só atingiram 18% da referida estrutura, verificando-se a manutenção do seu peso relativo no cômputo dos custos operacionais.

As transferências e subsídios obtidos representaram 45% da totalidade dos proveitos do exercício, verificando-se um crescimento nominal de 140.147 € mantendo-se o seu peso relativo em relação a ano transacto, as receitas próprias de impostos e taxas têm vindo a registar um aumento e a assumir maior peso na estrutura de proveitos com um crescimento nominal de 365.081 €.



## Endividamento

### Limites à luz da nova lei

#### **4 – Dívida do Município**

##### **4.1. Estrutura e Evolução da Dívida**

Em 31 de Dezembro, a dívida da autarquia reflectia o valor de 2.154.100 € quando no ano anterior era de 1.736.525 €.. Ora, registou-se a diminuição do passivo a médio e longo prazo em 88.347 € e, em contrapartida a dívida a curto prazo aumentou em 505.922 €, mas sem preocupações para a tesouraria e sem sacrifício dos prazos médios de pagamentos. Este aumento derivou da obrigatoriedade dos fornecedores apresentarem as respectivas declarações não dívida perante a DGCJ e a Segurança Social o que originou um acumular de pagamentos pendentes no final do ano. Veja-se a estrutura da dívida nos quadros seguintes:

*Mapa 14 – Activo e Passivo de Curto, Médio e Longo Prazo*

<b>Dívidas a Terceiros (curto prazo)</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Var.Valor</b>
Fornecedores c/c.	144.685	474.808	330.123
Fornecedores Imobilizado	338.647	556.863	218.217
Estado e Outros Entes Públicos	37.246	29.701	-7.545
Outros Credores	344.410	309.537	-34.873
<b>Total</b>	<b>864.987</b>	<b>1.370.909</b>	<b>505.921</b>
<b>Dívidas de Terceiros (curto prazo)</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Var.Valor</b>
Clientes, Contribuintes e Utentes	96.820	97.599	779
Clientes, Contribuintes e Utentes, Cobr.Duv.	0	0	0
Contribuintes, c/c.	3.110	13.844	
Estado e Outros Entes Públicos		0	
Empréstimos concedidos	17.500	17.500	0
Outros Devedores			0
<b>Total</b>	<b>117.430</b>	<b>128.943</b>	<b>11.513</b>
<b>Dívidas a Terceiros (M/Longo Prazo)</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>Var.Valor</b>
Empréstimos Obtidos	871.538	783.191	-88.347
<b>Total</b>	<b>871.538</b>	<b>783.191</b>	<b>-88.347</b>

Orgulhamo-nos de dizer que a Câmara Municipal da Batalha tem honrado os seus compromissos perante os fornecedores e outros credores, dentro de prazos comercialmente atractivos, e que a sua tesouraria é das mais saudáveis do país no universo das autarquias locais, conseguindo através desta política, obter melhores condições financeiras dos seus fornecedores, facto este que pode ser facilmente comprovado através de muitas empreitadas lançadas a concurso.

#### 4.2. Evolução da Capacidade de Endividamento

De acordo com a Lei do Orçamento do Estado, no ano de 2006, os encargos anuais dos municípios, incluindo os que oneraram as respectivas empresas municipais e associações de municípios em que participam, com amortizações e juros dos empréstimos a médio e longo prazos, incluindo os dos empréstimos obrigacionistas, não podiam exceder o maior dos limites do valor correspondente a um oitavo dos Fundos de Base Municipal, Geral Municipal e

de Coesão Municipal que cabia ao município ou a 10% das despesas realizadas para investimento pelo município no ano anterior. Excepcionaram-se os empréstimos e amortizações destinados ao financiamento de projectos com comparticipação de fundos comunitários.

Anteriormente à Lei n.º 32-B/2002, de 30 de Dezembro (OE/2003), o segundo limite legal era de 20% sobre D.I. n-1. Com as actualizações à Lei, foi reduzido para metade, comprometendo a nossa capacidade de contrair novos empréstimos, já que o maior dos limites era, com regularidade, aquele que expressava uma indexação ao nível do investimento.

Com a introdução da nova Lei das Finanças Locais, regulamentada pela Lei n.º 02/2007, de 15 de Janeiro, interessa avaliar os efeitos *pró-activos* dos novos limites legais do endividamento municipal.

Assim, a LFL vem definir outros níveis de controlo do endividamento autárquico, com maior preponderância para:

1. *Endividamento Líquido*, equivalente à diferença entre a soma dos passivos, qualquer que seja a sua forma, incluindo nomeadamente os empréstimos contraídos, os contratos de locação financeira e as dívidas a fornecedores. O montante do endividamento líquido total de cada município, em 31 de Dezembro de cada ano, não pode exceder 125% do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS, da derrama e da participação nos resultados das entidades do sector empresarial local, relativas ao ano anterior;
2. *Limites ao Crédito Autárquico*, cujo montante da dívida de cada município referente a empréstimos a médio e longo prazos não pode exceder, em 31 de Dezembro de cada ano, a soma do montante das receitas provenientes dos impostos municipais, das participações do município no FEF, da participação no IRS referida na alínea c) do n.º 1 do artigo 19º da LFL, da

participação nos resultados das entidades do sector empresarial local e da derrama, relativas ao ano anterior.

Quando um município não cumpra os limites acima referenciados, deve reduzir em cada ano subsequente pelo menos 10% do montante que excede o seu limite de endividamento líquido, até que aquele limite seja cumprido e serão retidos 10% dos fundos provenientes do FEF.

Para avaliar os efeitos da nova Lei, determinámos o endividamento da autarquia, a 31/12/2008, cujos valores estão reflectidos no quadro seguinte.

*Mapa 15 – Determinação da Capacidade de Endividamento*

		Receitas (n-1) 2007
<b>1. PARTICIPAÇÃO IMPOSTOS MUNICIPAIS (ANO N-1)</b>		<b>1.867.678,07</b>
01.02.02. Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)		913.094,73
01.02.03. Imposto Municipal sobre Veículos (IMV)		225.116,20
01.02.04. Imposto Municipal sobre as transmissões Onerosas de Imóveis (IMIT)		660.572,44
01.02.07.01 Contribuição Autárquica		3.690,79
01.02.07.02 Imposto Municipal de Sisa		65.203,91
<b>2. PARTICIPAÇÕES DO MUNICÍPIO NO FEF e IRS</b>		<b>3.824.492,00</b>
10.03.01.01 Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF Capital )		1.328.126,00
06.03.01.01 Fundo de Equilíbrio Financeiro (FEF Corrente )		2.030.810,00
06.03.01.02 Fundo Social Municipal (FSM)		183.977,00
06.03.01.03 Participação Fixa no IRS		281.579,00
<b>3. DERRAMA</b>		<b>341.251,67</b>
<b>4. PARTICIPAÇÃO RESULTADOS SECTOR EMPRESARIAL LOCAL</b>		<b>0,00</b>
Iserbatalha, E.M.		0,00
<b>RECEITAS TOTAIS</b>		<b>6.033.421,74</b>

  

<b>A) LIMITE LEGAL DO ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO (Artº 37º, nº1, LFL)</b>	<b>7.541.777,18</b>
(125% das Receitas Imp. Municipais, Particip. FEF e IRS, Derrama, Result. E.M.)	
<b>B) ENDIVIDAMENTO LÍQUIDO</b>	<b>888.188,82</b>
(Passivos-Activos-Excepções previstas na Lei)	
<b>C) MEIOS LIBERTOS LÍQUIDOS (DO ENDIVIDAMENTO LEGAL)</b>	<b>6.653.588,36</b>
(A-B)	

Da determinação dos limites legais, conclui-se que a nossa capacidade para contrair dívida cresceu em relação ao anterior.

## Recursos Humanos

### Estrutura e limite legal

#### 5. Análise à Estrutura de Recursos Humanos

##### 5.1. Estrutura e Limite Legal

As despesas orçamentais com pessoal ascenderam a 1.844.857 €. Verificou-se um aumento em relação ao ano anterior de 44.610 € .

As maiores variações verificaram-se nas seguintes rubricas:

- *Pessoal em qualquer outra situação*: acréscimo de 96% (10.942 €), uma vez que passámos a ter estágios profissionais no âmbito de PEPAL.
- *Pessoal com contrato a termo certo*: acréscimo de 26% (33.313 €), que resultou fundamentalmente do aumento do numero de contratados (criação de novos gabinetes por imposição legal)



Mapa 16 \_ Custos com Pessoal (por classificação Económica)

Descritivo	2007	2008	Estrutura %	Var. 07-08
<b>Remunerações Certas e Permanentes</b>	<b>1.349.348</b>	<b>1.391.470</b>	<b>75%</b>	<b>3%</b>
Membros dos Órgãos Autáquicos	89.419	91.300	5%	2%
Pessoal do Quadro	859.919	852.759	46%	-1%
Pessoal em qualquer outra situação	11.365	22.307	1%	96%
Pessoal em Regime de tarefa ou avença	52.857	48.430	3%	-8%
Pessoal c/ contrato a Termo Certo	126.203	159.516	9%	26%
Rem. Doença e maternidade/paternidade	21.783	28.037	2%	29%
Subsidio de Férias e de Natal	187.802	189.122	10%	1%
<b>Outras Despesas c/ Pessoal</b>	<b>179.708</b>	<b>188.837</b>	<b>10%</b>	<b>5%</b>
Deslocações e Ajudas de Custo	9.054	10.239	1%	13%
Trabalho Extraordinário	29.458	33.489	2%	14%
Subsídio de Refeição	94.675	96.826	5%	0%
Abonos Diversos	1.268	1.266	0%	0%
Abonos e Senhas Presença	17.319	21.666	1%	25%
Representação	27.934	25.350	1%	-9%
<b>Segurança Social</b>	<b>271.190</b>	<b>264.551</b>	<b>14%</b>	<b>-2%</b>
Pensões	1.045	1.742	0%	67%
Encargos com a Saúde	45.247	28.129	2%	-38%
Subsídio familiar a crianças e jovens	12.614	14.864	1%	18%
Contribuições Segurança Social - Regime Geral	36.501	44.817	2%	23%
Contribuições Segurança Social Func. Públicos	165.419	166.041	9%	0%
Acidentes em serviço e doenças profissionais	0	0	0%	0%
Seguros de Pessoal	10.364	8.958	0%	-14%
<b>TOTAL</b>	<b>1.800.246</b>	<b>1.844.857</b>	<b>100%</b>	<b>100%</b>

As Despesas com pessoal mantêm-se no limite legal imposto pelos D.L. n.º 116/84 e 44/85. Este limite só foi parcialmente utilizado em 44.9%.

Mapa 17 \_ Estrutura de Recursos Humanos e afectação de limite legal

Ano referência	2007	2008
Nº Efectivos (Trabalhadores)	104	102
Custo Médio por Efectivo	17.310	18.087
<i>Limite Legal de Afectação Receita Corrente</i>	27,5%	<b>26,9%</b>
(*) Segundo D.L. 116/84 e 44/85, o limite legal de afectação dos custos com pessoal sobre receitas correntes do ano anterior ao respectivo exercício é de 60%.		
% Afectação do Limite Legal (D.L.116/84 e 44/85)	45,9%	<b>44,9%</b>

Este indicador reflecte uma boa política de gestão de recursos. A nível nacional, constitui uma das mais baixas percentagens de representatividade das despesas com pessoal sobre a receita corrente (de apenas 26,9%).

A estrutura de recursos humanos em 31 de Dezembro, era composta por 102 trabalhadores, dos quais 77 com vínculo permanente ao quadro de pessoal, 3 pertencentes aos órgãos autárquicos, 19 com vínculo contratual a termo certo e 6 em regime de tarefa ou avença. Assim, o efectivo total da autarquia, distribuído por classes profissionais, está expresso no quadro seguinte:

*Mapa 18 – N° de Trabalhadores efectivos por Classes*

Classes	H	M	Total
Dirigentes	3	1	4
Chefias	1	4	5
Técnicos Superiores	8	14	22
Técnicos		3	2
Técnicos Informática	2		2
Técnico-profissionais	4	4	8
Administrativos	5	13	18
Auxiliares	10	11	21
Operários	17	2	19
<b>TOTAL</b>	<b>50</b>	<b>52</b>	<b>102</b>

Verificou-se uma estabilização do número de trabalhadores.

O *Índice de Tecnicidade* da autarquia é bastante elevado, acima dos 27%, o que revela uma aposta forte em quadros especializados. No universo dos 308 municípios, este indicador situa-se ligeiramente acima dos 4%.

*Mapa 19 – Tecnicidade*

Classes	1º Ciclo	2º Ciclo	9º Ano	11º ano	12º ano	Curso Prof.	Licenc./ Mest.
Dirigentes							4
Chefias			1	1	2	1	
Técnicos Superiores							21
Técnicos							3
Técnicos Informática						1	1
Técnico-profissionais			1	1	2	4	
Administrativos			1	3	8	3	3
Auxiliares	11	3	1	6			1
Operários	18	1					
<i>Total</i>	29	4	4	11	12	9	33

No exercício em análise, foram ministradas cerca de 1.139 horas de formação (incluindo as acções de auditoria da qualidade), envolvendo 97 funcionários do corpo técnico e administrativo da autarquia. A maioria das acções foi enquadrada no âmbito do Programa FORAL, com financiamento comunitário assegurado a 100% a fundo perdido.

## 5.2. Absentismo

A taxa de absentismo traduzida no número de dias de ausência sobre o total de dias de trabalho, situou-se nos 20,06%, quando no ano anterior foi de 12,84%.

*Mapa 20 – Ausências / motivos*

Classes	Dias de Absentismo (faltas) / Férias				Total F/ Dias
	Doença	Mat./Pat	Outras	Férias	
Dirigentes			19,5	104	123,5
Técnicos Superiores	20	56	303,5	327	706,5
Técnicos			23	58,5	81,5
Técnicos Informática			16	54,5	70,5
Técnico-profissionais	32		76,5	199	307,5
Administrativos	103	178	248,5	589,5	1119
Auxiliares	111	5	126	605,5	847,5
Operários	1086		217,5	435,5	1739
<b>TOTAL</b>	<b>1352</b>	<b>239</b>	<b>1030,5</b>		<b>4995</b>

## Actividade

### Indicadores de desempenho

#### 6. Indicadores de Actividade

A determinação do Executivo no sentido da prestação de melhores serviços aos munícipes, tem vindo a manifestar-se, inquestionavelmente, através do esforço de implementação de um Sistema de Gestão para a Qualidade, suportado por novas tecnológicas de informação, que teve o seu “epílogo” na Certificação dos Serviços de Obras Particulares e Municipais no âmbito da Norma ISO 9001 : 2000.

A implementação do Sistema “forçou” toda a estrutura administrativa a um permanente esforço formativo e à monitorização de procedimentos e actos administrativos, perseguindo sempre novos rumos para a desburocratização da Administração Local, por forma a tornar as respostas aos munícipes mais eficazes e mais céleres.

Apesar de se tratar de um Sistema recém-nascido, os princípios da qualidade começam a fazer parte do quotidiano da nossa organização e continuam a ser incorporados na cultura da autarquia, procurando traduzir-se numa melhor satisfação dos nossos munícipes.

A política de qualidade da Autarquia, foi definida com base nos seguintes princípios orientadores:

- Cumprimento dos requisitos que garantam uma melhor qualidade da prestação dos serviços aos munícipes;
- Adopção de práticas administrativas que garantam a salvaguarda e respeito pela legislação em vigor aplicável à administração local;

- Desenvolver um sistema de informação e comunicação eficazes;
- Procurar melhorar, de forma contínua, os procedimentos administrativos adoptados pela autarquia, de forma a melhorar a eficácia do serviço público prestado;
- Contribuir para um melhor ambiente de trabalho, através de uma adequada política de utilização de recursos humanos;
- Apostar na inovação tecnológica e facilitar o acesso à informação;
- Auscultação periódica do nível de satisfação dos munícipes quanto à qualidade dos serviços prestados;
- Formação contínua do pessoal.

O sistema já começou a produzir indicadores de desempenho, de entre os quais destacamos:

*Mapa 21 - Indicadores do Sistema de Gestão da Qualidade*

Indicador	Resultado
N.º objectivos definidos DOT	10
N.º objectivos definidos DOM	6
N.º objectivos concluídos DOT	10
N.º objectivos concluídos DOM	6
Taxa global cumprimento objectivos	100,0%
N.º NC detectadas DOT	0
N.º NC detectadas DOM	18
N.º NC concluídas DOT	0
N.º NC concluídas DOM	14
N.º NC - auditorias detectadas	8
N.º NC - auditorias resolvidas	2
N.º OM detectadas em auditoria	8
N.º AC	11
N.º AP	37
N.º AM	50
N.º total acções	8
N.º total de acções concluídas	5

Mapa 22 - Atendimento "In-Line"

Áreas de Atendimento	Nº Atendimentos	Tp Médio Atend.		Tp Médio Espera	
		2007	2008	2007	2008
Cultura, Desporto, T.Livres	283	1,53	1,5	6,12	41,15*
Expediente Geral e Taxas	5065	3,46	4,29	3,01	4,28
Obras Particulares	5348	12,4	14,03	9,32	5,35

\* Atendimento DEC

Mapa 23 – Indicadores de Desempenho da DOT

Processo	Indicador	Tempo Médio	Meta	Desvio
Atendimento	Tempo médio de espera (min)	5,10	10,00	-4,90
Verificação/ Informação Técnica	Tempo médio de execução (dias)	4,40	10,00	-5,60
Execução da Decisão/ Movimentação (Correspondência)	Tempo médio de execução (dias)	4,90	8,00	-3,10
Cálculo de áreas e taxas (Calcular áreas de construção + Taxar a licença)	Tempo médio de execução (dias)	5,40	6,00	-0,60
Fiscalização	Taxa de Cumprimento do Plano	98,00	100,00	-2,00
Implementação de um Projecto em SIG	Tempo médio de actualização de registos novos em SIG	1,80	3,00	-1,20
Informação de ordenamento do território	Tempo médio de execução (dias)	0,80	7,00	-6,20

Mapa 24 – Indicadores de Desempenho da DOM

<b>Nº médio de dias por concurso publico</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Nº médio de dias (adjudicação) por concurso publico até adjudicação	86,8	206
Nº médio de dias médio (Consignação) por concurso publico	151,0	340
<b>Nº médio de dias por concurso (diferente de publico)</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Nº médio de dias médio (adjudicação) por concurso até adjudicação	41,3	44
Nº médio de dias médio (Consignação) por concurso	97,0	97,0
<b>% de Trabalhos a Mais</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
% de trabalhos a mais	2,9%	9,7%
<b>Desvio Médio ao prazo da empreitada (utilizando o novo método de calculo - obras finalizadas no ano)</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>
Desvio Médio ao prazo da empreitada	130%	320%

## Mapa 25 – Indicadores da Contabilidade

Registos Contabilísticos	2008	Guias cobradas p/ serviço emissor Tesouraria	2008
Cabimentos	4.539	Expediente Geral	3.865
Compromissos	5.156	Contabilidade	434
Garantias e Cauções	242	Escrituras/ C. Ordenações	40
Devedores Clientes Cont. e Utentes	1.141	Divisão Ordenamento Território	1.443
Devedores - Outros	140	Cultura	784
Credores Fornecedores	7.506	Divisão Obras Municipais	179
Credores Pessoal	794	<b>Total</b>	<b>6.745</b>
Credores Outros	868		
Operações Diversas	138	<b>Património</b>	<b>2008</b>
Pagamentos	6.682	Total de bens móveis	<b>9.167</b>
<b>Total</b>	<b>27.206</b>	Total de bens imóveis	<b>2.107</b>
Ordens de Pagamento emitidas	<b>3.560</b>	<b>Fluxo Administrativo</b>	<b>2008</b>
Guias de Receita emitidas	<b>434</b>	Nº de ofícios emitidos (por estimativa)	<b>3.000</b>

## Análise

### Satisfação dos munícipes

Realizado o inquérito para apuramento do nível de satisfação dos munícipes, a um universo de 50 inquiridos, foram apurados os resultados que passaremos a evidenciar.

*Quadro 26 – Avaliação dos Serviços*

Avaliação dos Serviços	Classificação		
	Satisfaz	Não Satisfaz	Não Respondeu
<b>1 - Avaliação do Serviço Telefónico</b>			
1.1 - Facilidade de Contacto	46	0	4
1.2 - Disponibilidade (evita deslocações aos serviços)	43	0	7
1.3 - Rapidez na Resposta	45	1	4
<b>2 - Serviços</b>			
2.1 - Tempo de Resposta	46	1	3
2.2 - Rapidez na Resposta	46	1	3
2.3 - Linguagem Acessível	47	0	3
2.4 - Cumprimento dos Prazos	46	0	4
2.4 - Tempo Médio de Apreciação dos Pedidos	41	1	8
2.5 - Prestam Informações correctas e completas	43	2	5
2.6 - Esclarecimentos Técnicos	47	1	2
2.7 - Fiscalização das Obras	45	1	4
2.8 - Divulgação e Disponibilização da Informação considerada importante	45	1	4
2.9 - Clareza das Informações (Ofícios)	45	1	4
2.10 - Requerimentos - facilidade de preenchimento e compreensão	45	1	4

Em termos globais, os munícipes avaliam positivamente os diversos serviços municipais.



O Relatório de Avaliação da Satisfação do Munícipe constitui Anexo ao presente documento de análise da gestão.

#### **FACTOS RELEVANTES VERIFICADOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO**

Não se verificaram factos considerados relevantes após o encerramento do exercício. Todas as anotações constam do Anexo ao Balanço e Demonstração de Resultados, sem implicações no pós-encerramento do ano em análise.

#### **PROPOSTA DE APLICAÇÃO DOS RESULTADOS**

Propõe-se a aplicação integral do Resultado Líquido do Exercício no montante de -655.037,40 € para Resultados Transitados.

Um agradecimento para os Funcionários, Executivo, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia pela excelente colaboração prestada.

O Presidente da Câmara

ANTÓNIO JOSÉ MARTINS DE SOUSA LUCAS